

# EDUCAR, CONTAR E BRINCAR PARA RESISTIR: A DITADURA MILITAR E O DIREITO DA CRIANÇA À MEMÓRIA E À VERDADE





**EDUCAR, CONTAR E BRINCAR PARA RESISTIR: A DITADURA MILITAR E O DIREITO DA CRIANÇA À MEMÓRIA E À VERDADE 2021**



Olá, Educador,

A série ***Caderno de Experiências*** se configura como um conjunto de materiais de apoio às práticas de Educação em Direitos Humanos organizados a partir das vivências e conhecimentos adquiridos pelo Programa de Ação Educativa do Memorial da Resistência de São Paulo, no âmbito da educação em museus. Com essa série, cujo tema são as ações educativas que podem ser aplicadas e/ou adaptadas a outros espaços de educação formal e não formal, o Memorial desenvolve mais uma importante iniciativa voltada a potencializar a construção do diálogo em nossa sociedade.

O Memorial da Resistência compreende que o processo educativo é uma construção compartilhada com o seu público com vistas à cidadania ativa, à valorização da democracia e ao respeito aos direitos humanos, e é esse olhar que fundamenta o desenvolvimento de suas atividades e os materiais de apoio ao educador. Tem como um de seus objetivos responder às expectativas, angústias e interesses dos profissionais que atuam na área da educação e da cultura, enfrentando os desafios postos pelo trabalho com temáticas sensíveis.

Nesse sentido, a vocação educativa de uma instituição museológica instalada em um lugar de memória que abrigou, entre 1940 e 1983, o Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops/SP), órgão repressivo que atuou de maneira sistemática na violação de direitos humanos – sobretudo durante a ditadura civil-militar (1964-1985) –, tem seu caminho pautado principalmente pelas duas dimensões da Educação em Direitos Humanos: o Educar para Nunca Mais e o Direito à Memória e à Verdade.

O curso "Educar, Contar e Brincar para Resistir: a Ditadura Militar e o Direito da Criança à Memória e à Verdade" nasceu a partir do desafio posto pelo professor universitário Cleber Santos Vieira (ver nota 6 - página 31) que conhecia as atividades lúdico-pedagógicas com jogos e contação de histórias desenvolvidas pelo Memorial e destinadas a crianças de 6 a 10 anos. A proposta era desenvolver um curso de extensão destinado aos alunos do curso de licenciatura em história, com vistas a apresentar alternativas lúdicas para o trabalho com temas relacionados à ditadura militar, com o ensino de história e com os direitos humanos a partir do recorte ao direito da criança à memória e à verdade.

O desafio foi prontamente aceito pela equipe do educativo, que entende que a formação junto a multiplicadores, professores, educadores e estudantes universitários é fundamental para o desenvolvimento de projetos interdisciplinares, visando à ampla discussão sobre as temáticas tratadas pelo Memorial.

Assim, o ***Caderno de Experiências*** "Educar, Contar e Brincar para Resistir: a Ditadura Militar e o Direito da Criança à Memória e à Verdade" foi organizado a partir de um processo dialógico entre o Memorial e o seu público. O presente material funciona como registro do trabalho desenvolvido. Os conteúdos apontados e as propostas de atividades elencadas estão embasadas no conteúdo programático das cinco edições do curso, a última delas (realizada em ambiente virtual em virtude da pandemia do Covid-19) ministrada pela educadora Hannah Ferreira<sup>1</sup>, a quem gostaríamos de agradecer, pois foi também a responsável pela redação do material.

Nas páginas a seguir, você encontrará reflexões sobre a Educação em Direitos Humanos e as formas como a instituição aplica ferramentas lúdicas para aproximar o público infantil da temática da ditadura civil-militar e dos direitos humanos, com destaque especial para as ilustrações de Cibele Lucena, desenvolvidas especialmente para o caderno; apontamentos sobre as obras de literatura infanto-juvenil que trabalham com ambas as temáticas; um arrazoadado sobre a experiência do curso Educar, Contar e Brincar para Resistir; e, por fim, sugestões de atividades a serem aplicadas e adaptadas a partir de técnicas de contação de histórias para segmentos da educação formal e não formal, ampliando as possibilidades de discussão sobre direitos humanos.

Cabe aqui ressaltar a importância da interface entre a educação em museus e o ensino formal e não formal para a produção de conhecimento e o desenvolvimento de soluções capazes de facilitar a tarefa do professor/educador nos processos de ensino-aprendizagem a partir do acervo, do patrimônio (edificado ou não), das exposições e da *expertise* de educadores que trabalham com diferentes ferramentas pedagógicas nas instituições museológicas. Aqui, a ênfase recai sobre a potência dos processos educativos com contação de histórias, que podem ser adaptados para quaisquer espaços

de educação e cultura e para a abordagem de tantos outros temas sensíveis.

Esperamos que este material possa servir de inspiração para sua prática, colaborando com o Educar para Nunca Mais e materializando o direito da criança à memória e à verdade. Vamos juntos, pelas próximas páginas, educar, contar e brincar para resistir!

**Ana Pato** | Coordenadora do Memorial da Resistência de São Paulo

**Aureli Alves de Alcantara** | Coordenadora do Programa de Ação Educativa do Memorial da Resistência de São Paulo

<sup>1</sup> Bacharela em Comunicação das Artes do Corpo com habilitação em teatro e performance pela PUC de São Paulo, pós-graduada em Direção Teatral pela Faculdade Paulista de Artes. Diretora das Cias. Teatro de Trincheira e Mamulengo de Si Mesmo, foi educadora no Memorial da Resistência de São Paulo de 2014 a 2017, ministrando oficinas no curso Educar, Contar e Brincar para Resistir nas edições de 2016, 2017 e 2021.





# SUMÁRIO

Fundamentos introdutórios da Educação em Direitos Humanos	8
O trabalho lúdico em espaço de memória: o caso do Memorial da Resistência de São Paulo	12
A educação em Direitos Humanos e a literatura infanto-juvenil	18
Inventariando corpo e cultura: a sabedoria popular brasileira na sala de aula	22
Educar, Contar e Brincar para Resistir – O Curso	28

Propostas de atividades para professores e educadores não-formais	36
1. Contação de histórias Educação Infantil	38
2. Maleta de histórias Ensino Fundamental I	44
3. Deixa que eu conto...! Ensino Fundamental II	50
4. O eu contador e criador Ensino Médio	56
5. Contar e brincar para resistir Educação não-formal	60
Bibliografia	64



# FUNDAMENTOS INTRODUTÓRIOS DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS





# FUNDAMENTOS INTRODUTÓRIOS DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

*Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade, e procurar soluções. Assim pode transformá-la, e com seu trabalho, pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias.*

FREIRE, 1979, p. 30-31

Como resultado das lutas sociais e do pensamento da humanidade, os Direitos Humanos, ressignificados e ampliados ao longo do tempo, se consagraram através de acordo na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, que promulgou o primeiro grande instrumento de valores fundamentais, como a equidade e a dignidade da vida humana, protegendo os cidadãos contra violações até mesmo por parte dos Estados. No Brasil, a Constituição Cidadã de 1988 promulgou esses direitos replicando a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) em seus artigos, consolidando a nova fase democrática com o compromisso com a justiça social, como afirma Bobbio (1992): “hoje, o próprio conceito de democracia é inseparável do conceito de direitos do homem”.

Em um quadro histórico em que constam séculos de escravização, política oligárquica, complacência com as elites, violência e extermínio direcionados à população pobre, preta, periférica e indígena, sistemas de perpetração do machismo, patriarcado, lgbtfobia e ataques às religiões de matrizes afro-brasileiras, além de ditaduras que consolidaram o poderio militar, na perseguição e no controle da população, se faz necessária a luta constante pela defesa, manutenção e ampliação dos Direitos Humanos (DH) no Brasil, de acordo com a historiadora Lília Schwarcz:

*Direitos conquistados nunca foram direitos dados, e os novos tempos pedem, de todos nós, vigilância, atitude cidadã e muita esperança também. A sociedade civil brasileira tem dado*

*mostras de que sabe se organizar e lutar por seus direitos. As mulheres não vão voltar para o fogão, os negros e negras que completaram o ensino superior e hoje se encontram em lugares de liderança não recuarão de suas posições, a população LGBTQ vai continuar a andar de braço dado pelas ruas, os indígenas lutarão e farão valer seus direitos às terras hoje invadidas, líderes de religiões de matriz muçulmana e afro-brasileira cultivarão seus deuses abertamente.* (SCHWARCTZ, 2019, p. 193).

Dentro da conjuntura contemporânea, em que sofremos golpes, violações de direitos e a fragmentação dos modelos democráticos, é a educação que privilegia o espaço de análise e debate da realidade. Entendendo o movimento dialético, é necessário, segundo Saviani (1991, p.41), “tornar o homem cada vez mais capaz de conhecer os elementos de sua situação para intervir nela, transformando-a no sentido de ampliação da liberdade, da comunicação e da colaboração entre os homens”.

Prevista na Declaração Universal dos Direitos Humanos (artigo 26º), no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos do Brasil (BRASIL, PNEDH, SEDH, 2003) e nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (BRASIL, CNE/MEC, 2012), a Educação em Direitos Humanos (EDH) é uma formação sustentada na dignidade das pessoas e nos

direitos que dela derivam, sendo integral – cognitiva, afetiva e voltada para a ação – e orientada para que os educandos se reconheçam e se comportem como verdadeiros sujeitos de direitos, exercendo ativamente a cidadania, a convivência democrática e uma cultura de inclusão e paz.

A EDH é, portanto, uma prática de mediação entre as normas de DH e sua vigência na vida social. É um instrumento concreto para prevenir violações a esses direitos e busca ser um motor de transformações entre os indivíduos e a sociedade.

Nesse sentido, as Diretrizes Nacionais apontam para a importância do ambiente escolar “como tempo e espaço potenciais para a vivência e promoção dos Direitos Humanos e da prática da Educação em Direitos Humanos” (BRASIL, CNE/MEC, 2012). Ainda de acordo com o mesmo documento, a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior poderá ocorrer pela transversalidade (considerando também a interdisciplinaridade), como um conteúdo específico de disciplina já existente no currículo escolar ou de forma híbrida (transversalidade e disciplinaridade). Assim sendo, a EDH deverá ser destacada na elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP); dos Regimentos Escolares, dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI) e dos materiais pedagógicos e didáticos, entre outros.

Ocorre que a implementação da EDH no espaço formal de educação encontra desafios para sua

efetivação – desafios dos quais alguns têm relação com a formação continuada dos professores e a concepção ideológica das instituições de ensino.

Considerando ainda a diversidade dos processos formativos vivenciados em contextos plurais de socialização, destaca-se o papel dos espaços não formais de educação, como bibliotecas, museus, centros de recreação, parques e outros. Família e sociedade civil atuam, nesse sentido, como fomentadores na construção de propostas voltadas à EDH, contribuindo para o reconhecimento, a defesa e o fortalecimento dos Direitos Humanos.



---

# O TRABALHO LÚDICO EM ESPAÇO DE MEMÓRIA: O CASO DO MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO





## O TRABALHO LÚDICO EM ESPAÇO DE MEMÓRIA: O CASO DO MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO



Situado no antigo Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) de São Paulo, o Memorial da Resistência de São Paulo, fundado em 2019 a partir da mobilização do Fórum Permanente de ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo, tem como missão a valorização e preservação das memórias da repressão e da resistência políticas no Brasil republicano, com ênfase no período da Ditadura Civil-Militar.

Administrado pela Associação Pinacoteca Arte e Cultura, o museu dispõe de exposição de longa duração situada no antigo espaço carcerário e exposições temporárias com temas relativos à instituição. Além de sua programação de exposições, o Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP), através de sua equipe de educadores, oferece gratuitamente ao público atividades formativas e de mediação da temática, expandindo e acessibilizando as discussões para públicos de diferentes faixas etárias, formações e atuações profissionais, além de pessoas com deficiência.

A partir desse trabalho em EDH, A Ação Educativa do MRSP iniciou, em 2012, a adaptação de atividades para o público infantil e infanto-juvenil, tendo em vista a entrada no Programa Recreio nas Férias<sup>2</sup>. Por se tratar de um lugar de memória, foram desenvolvidos recursos educativos em formato de jogos com a temática trabalhada na exposição, a fim de serem aplicados pelos educadores em mediação com o espaço museal, dialogando com os contextos históricos.

Elaborado para aplicação com diferentes faixas etárias, o acervo de materiais conta com jogo da memória, quebra-cabeças gigante, jogo de tabuleiro e caça ao tesouro, entre outros, além de adaptações para a mediação durante a pandemia, como o uso da plataforma online “Gartic”<sup>3</sup> para desenho de conteúdos relacionados à repressão, à resistência, à memória da Ditadura Civil-Militar e aos DH.

Considerando o direito das crianças e pessoas com deficiência à memória e à verdade, o MRSP instituiu em sua programação regular a atividade “Tarde de

Memórias”, em que os jogos, para além do público agendado, são dispostos ao longo da exposição e disponibilizados aos visitantes espontâneos. Realizada um sábado por mês, a atividade atrai o público infantil com suas famílias em eventual passeio pelos museus da cidade para refletir sobre a temática.

Destaca-se também o programa Memorial ParaTodos, que inclui as pessoas com deficiência na experiência do espaço de memória e discussão das temáticas tratadas pela instituição, através de formação continuada da equipe, acessibilidade do museu e materiais de apoio em Braille, Libras, audiodescrição e objetos multissensoriais, além de roteiros que privilegiam o pareamento para pessoas com deficiência intelectual, tendo conquistado, até 2021, três prêmios nacionais de acessibilidade em museus.

No âmbito da exploração da ludicidade, já em 2013 a Ação Educativa do MRSP disponibilizou a contação de histórias baseada no livro *Era uma Vez um Tirano*, de Ana Maria Machado, a fim de potencializar a experiência das visitas do público infantil. Munidos de objetos percussivos, figurino, objetos e um flanelógrafo<sup>4</sup>, os educadores narravam a história da ditadura reimaginada nas metáforas da autora, convidando os ouvintes a se tornarem protagonistas, com participação ativa na expulsão do Tirano.

A experiência de contação de histórias no espaço expositivo resultou numa parceria entre o projeto Memorial ParaTodos e o Centro de Convivência e Cooperativa (Cecco) Bacuri<sup>5</sup> nos anos de 2014 e 2015, em que os usuários da instituição participaram do processo de investigação, criação e contação da história de Eduardo Leite, apelidado de “Bacuri”, um militante contra a Ditadura Civil-Militar que ficou preso no Deops/SP, sendo que o Cecco recebeu seu nome para homenageá-lo. Sobre o uso de recursos lúdicos na parceria, dizem os educadores do MRSP:

*Como explicar para alguém que não sabe o que é um celular quais são suas possibilidades de uso? O seu funcionamento? Recorreremos a recursos lúdicos, e não se trata de infantilizar a linguagem: é através de metáforas e mergulho no imaginário que conseguimos refletir, ler e até mesmo ressignificar a vida. (DA SILVA, GONZALES e FERREIRA, 2017, p. 231).*

<sup>2</sup> Ação da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo que, desde 2001, visa oferecer o acesso ao repertório cultural e recreativo da cidade de São Paulo a crianças e jovens de 4 a 14 anos durante o recesso e as férias escolares.

<sup>3</sup> Jogo de adivinhação de desenhos online via computador, para múltiplos jogadores.

<sup>4</sup> Pannel de feltro em que são afixados recortes do mesmo material, funcionando como uma exposição visual com possibilidade de alternância e reutilização de recortes na composição de um cenário.

<sup>5</sup> Os Ceccos são unidades não assistenciais do serviço de saúde da cidade de São Paulo que têm como objetivo promover a convivência e a integração para toda a população, sobretudo às pessoas que apresentam transtornos mentais, as pessoas com deficiência física, os idosos e as crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal.

Figura 1 – Jogo da memória com manchetes de revistas com circulação na ditadura civil-militar. Acervo MRSP.



O TRABALHO LÚDICO EM ESPAÇO DE MEMÓRIA,  
O CASO DO MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO



Também foram oferecidas, a partir de 2016, formações para educadores oriundas da contação da história Era uma Vez um Tirano: o curso “Educar, Contar e Brincar para Resistir: a Ditadura Militar e o Direito da Criança à Memória e à Verdade” e as oficinas “Contando Histórias e Compartilhando Memórias”, sendo esta última em parceria com Sistema Estadual de Museus (Sisem-SP).

O trabalho com o lúdico no MRSP se faz alinhado à perspectiva de EDH, entendendo que as memórias de nosso passado de repressão e resistência podem e merecem ser compartilhadas com todos os cidadãos, inclusive as crianças, como sujeitos de direitos e protagonistas dos movimentos de democracia do presente. A utilização de ferramentas de estímulo sonoro, visual e sensorial não só atraem, mas mediam a experiência no apropriar-se da linguagem infantil, sem desviar da seriedade de nossa história.



Figura 2 – Jogo da memória com manchetes de revistas publicadas na época da Ditadura Civil-Militar. Acervo MRSP.

Figura 3 e 4 – “Memorial ParaTodos”. Acervo MRSP.

Figura 5 – “Contação de História – Era Uma Vez Um Tirano”. Acervo MRSP.





---

# A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E A LITERATURA INFANTO-JUVENIL





# A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E A LITERATURA INFANTO-JUVENIL



Como e por que abordar experiências tão violentas quanto ditaduras para o público infantil? O educador em direitos humanos é um mediador, oferecendo ferramentas para que a criança possa construir suas próprias ideias e conceitos, enxergando o outro, o mundo e ela mesma. Neste sentido, a obra literária funde os mundos real e fictício a partir dos dados sociais, sendo objeto de uma consciência coletiva. Cléber Santos Vieira, professor da Universidade Federal de São Paulo, em seu artigo “A criança e o direito à memória” (2016), discute a utilização dos testemunhos de vítimas da Ditadura Civil-Militar brasileira para o exercício da EDH:

*Apresentar ao pequeno leitor histórias de infâncias marcadas pelo trauma do terror político e violência praticada pela ditadura abre caminho para uma proposição mais profunda e formativa, pois extraem da memória, do testemunho e dos relatos de experiências vividas os mais importantes elementos para a constituição da memória coletiva.* (VIEIRA, 2016. p. 93.)

Segundo o autor, a transformação dessas experiências em conteúdos acessíveis às crianças tem sido objeto de diversos programas e projetos educacionais em diferentes países que, em suas especificidades, vivenciaram ditaduras, como Alemanha, Angola e Argentina.

Vieira menciona, como exemplo, o livro *Aventuras de Ngunga* (PEPETELA, 1981), sobre os desdobramentos da ditadura salazarista em relação às colônias africanas. A narrativa trata da vida de Ngunga, menino de 12 anos que se inseriu na guerrilha do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), em luta contra Portugal. O livro passou a integrar o conteúdo curricular das escolas angolanas.

Já na Argentina, a consolidação do reconhecimento do direito à memória e à verdade e sua inserção em conteúdos formais e não formais de educação ganharam força a partir de 1985, com a publicação do Informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas, intitulado *Nunca Más*.

Nesse sentido, dentre outras produções, enfatizamos o livro infantil *Quien Soy? Identidad, nietos y reencuentro*

(ANDRUETTO et al., 2013), baseado em relatos de filhos de mortos e desaparecidos políticos na época da ditadura. Para além da transmissão de conhecimento, o livro denuncia os horrores da ditadura argentina, apontando para a necessidade de preservar o direito à memória e à verdade e empreender a luta pela justiça.

No Brasil, dentre as produções literárias que abordam a temática, destacamos o livro infantil *O Reizinho Mandão*, escrito em 1978, às vésperas da extinção do Ato Institucional nº 5, que conta a história de um menino que assumiu o trono de um reino logo após a morte de seu pai. O reizinho bradava constantemente “Cala a boca!”, numa alusão ao silenciamento imposto pela repressão da ditadura.

Esse tipo de alusão à forma autoritária de governo vivenciada no país também foi feita pela autora Ana Maria Machado, que, em 1982, publicou o livro *Era uma Vez um Tirano*, no qual a autoridade maior profere as mais absurdas ordens ao seu povo, e acaba por fugir quando, após anos de tirania, um grupo de crianças mobiliza a população pela reconquista de seus direitos.

Em 2015, a editora Boitempo, por meio do selo infantil Boitatá, lança a coleção “Livros para o Amanhã”, com publicações originárias da editora Gaya Ciencia, de Barcelona, que as disponibilizou três anos após o fim da ditadura franquista. Seus dois primeiros volumes tratam respectivamente de democracia e ditadura.

No primeiro livro, *A Democracia Pode Ser Assim*, a discussão do conceito de democracia parte do cotidiano das crianças (hora do recreio e jogo), convidando o público a refletir sobre as eleições, a importância do voto, o papel dos partidos políticos, a manutenção e a garantia dos direitos humanos. Já em *A Ditadura é Assim*, o convite para a reflexão sobre os impactos de um regime autoritário é promovido por meio da narrativa do cotidiano de um ditador. Na edição brasileira deste segundo livro, foram incluídas caricaturas de Ernesto Geisel para ilustrar o ditador.

Outra obra nacional que merece destaque é o livro *Quando Voltei, Tive Uma Surpresa*, de Joel Rufino dos Santos. O mesmo apresenta cartas escritas pelo autor, enquanto preso político no presídio do Hipódromo, ao seu filho de 8 anos, com relatos reais sobre suas atividades no cárcere; traz também narrativas literárias sobre a história do Brasil. Teresa Garbayo dos Santos,

esposa de Joel Rufino e mãe de seu filho, faz uma descrição da obra no prefácio:

*São cartas ternas, de um pai amoroso, cheias de histórias engraçadas, de interesse pelo seu desenvolvimento, e de muita saudade. Guardei-as todas, as que chegaram – previamente lidas, censuradas e carimbadas – porque eram uma parte da história de vida do meu filho e do país em que vivemos.* (SANTOS, 2000. p. 7)

Mediante o exposto, podemos perceber que nas últimas décadas do século XX e no início do XXI os países marcados pela repressão ditatorial de seus Estados têm organizado publicações, ações, musealizações e políticas públicas que promovam o direito à memória. As formas de lidar com o passado traumático, contudo, estão ligadas ao processo de democratização de cada país. A Dra. Ana Paula Brito estabelece essa comparação:

*Por exemplo, na Argentina, ainda no processo de democratização, as vítimas da ditadura puderam exigir Justiça através dos Juícios a la Junta Militar. Já no Brasil, com um contexto de transição para a democracia diferente, notadamente marcado pelo estabelecimento da Lei de Anistia (Lei 6.683/79), que decretou um silêncio institucionalizado no país e impossibilitou qualquer processo de justiça, a estratégia das vítimas foi desenvolver trabalhos de Memória e a busca por Verdade.* (BRITO, 2016. p. 2)

É de suma importância, portanto, que a leitura crítica da violência de Estado possa sair dos nichos acadêmicos e alcançar toda a extensão da população, permitindo a esta última descortinar a verdade desde a infância, uma vez que a memória de nossa Ditadura Civil-Militar permanece em constante disputa, como podemos observar pelos seus saudosistas e perpetradores em cargos de exposição e decisão política. Recordar e educar são formas de resistência e permanecem cruciais para a consolidação democrática.

Figura 6 – “Crianças em mobilização por direitos em episódio da atividade de contação de história”. Acervo MRSP.



# INVENTARIANDO CORPO E CULTURA: A SABEDORIA POPULAR BRASILEIRA NA SALA DE AULA





## INVENTARIANDO CORPO E CULTURA: A SABEDORIA POPULAR BRASILEIRA NA SALA DE AULA

Todo professor é um narrador em potencial, pois, assim como o contador de histórias, ele também é um portador da palavra, aquele que leva a palavra até o que escuta. Acredito que todas as pessoas tenham esse narrador em potencial dentro de si, pois o narrar é típico do humano, mas o professor exercita com maior frequência esse expressar-se por meio de palavras e gestos culturais que ensinam; logo, penso que eles poderiam estar mais próximos desse narrador ancestral que habita em nós. (...) não há fórmulas nem receitas infalíveis a serem seguidas: o que precisa, em geral, ser feito é acordar esse narrador ancestral que existe em nós (...).

(RUBIRA, 2006. p. 197)

O conceito de cultura é tema de análise das ciências humanas. O sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2012), reconhecido pesquisador na área, em *Ensaio sobre o conceito de cultura*, ressalta o conflito inerente a esse conceito, que apresenta um caráter ao mesmo tempo conservacionista – ferramenta de perpetuidade – e mutável – representando o novo e a criatividade. Para a educação, essa tensão é um convite à reflexão sobre cultura popular, erudita, globalizada e marginalizada.

O recorte da “cultura brasileira” não é unificado, pois volta o olhar para as mais diversas práticas, costumes, artes e tradições. As expressões e estruturas de resistência e difusão social passam por um processo estético de higienização para agradar às elites e às pautas midiáticas. Nesse sentido, o funk carioca, o contador de causos caiçara, a baiana do acarajé, entre outros, são apropriados no interior de sua reprodutibilidade para pertencer a um “refinamento” que vende mais, exporta mais e adota o conceito hierárquico de intelectualidade para tornar-se agradável aos moldes mercadológicos. Parafraseando Walter Benjamin (1994, p. 171-172), quando “o critério da autenticidade deixa de se aplicar à produção artística, toda a função social da arte se transforma. Em vez de fundar-se no ritual, ela passa a fundar-se em outra práxis, a política”.

Costumes, danças, músicas e tradições não são apenas vendáveis. O valor da experiência de um povo historicamente colonizado, marcado por um presente e passado de violências, é também resistência. O olhar do educador para sua própria história pessoal e social, reconhecendo e inventariando sua cultura, abre possibilidades para a valorização também do outro, o ouvinte, o educando. A troca de saberes se faz possível quando a experiência de cada indivíduo é validada e ganha papel de protagonismo no ensino-aprendizagem. Sobre a descoberta constante do saber do educador, diz Paulo Freire:

*O sonho viável exige de mim pensar diariamente a minha prática, exige de mim a descoberta, a descoberta constante dos limites da minha própria prática, que significa perceber e demarcar a existência do que eu chamo espaço livres a serem preenchidos.* (FREIRE in BRANDÃO, 1982, p.100).

A quem se dispõe ao contato com o lúdico para prática de atividades em educação, portanto, recomenda-se que faça o inventário de suas origens, de seu registro cultural, de sua ancestralidade. Quais são suas influências estéticas e por quê? Quais registros imateriais lhe foram trazidos por sua família, pelos lugares em que viveu? Questionar-se sobre a própria bagagem imaginária é trabalhar a quebra de preconceitos e paradigmas e se disponibilizar a perceber também o outro, sem apor-lhe rótulos, mas vendo-o como um ser preenchido de potencialidades. Reconhecer o outro nesta lógica pressupõe o exercício ativo da alteridade, entendendo nessa perspectiva que a esfera cultural é o lugar do desdobramento da compreensão e ressignificação da realidade e das contestações sobre as ideologias, locus de construção dos agentes no processo de modificação ou manutenção das relações e das estruturas sociais.

Da mesma forma, inventariar o corpo e a cultura dos aprendizes abre possibilidades para a criação de material referencial, princípios dos quais se partir ou lugares a se chegar, de acordo com o trabalho proposto. Pode-se levantar esse inventário a partir de estímulos musicais, proposições de pesquisa de memória oral com familiares, danças em roda e outras dinâmicas corporais, de forma que o aprendiz se reconheça no processo e possa, assim como o educador, se reconhecer também no registro cultural do outro.

Portanto, quando acionamos o ensino da cultura popular, somos levados a perceber a indissociável relação entre o processo de “homogeneização cultural” voltado ao consumo e o contraponto das vivências locais, ambos elementos definidores de identidades no mundo contemporâneo. O educador, enquanto mediador de certa camada deste processo, trabalha ativamente como artista na consolidação do mosaico de resistências e reinterpretações, na consolidação ou rompimento de estruturas no processo de enculturação.



# INVENTARIANDO CORPO E CULTURA: A SABEDORIA POPULAR BRASILEIRA NA SALA DE AULA

## COMO FAZER SEU INVENTÁRIO CULTURAL?

### BUSQUE AQUELES QUE O CERCAM

Os melhores guardiões e mobilizadores da cultural local são os seus habitantes e fazedores. Formule perguntas e crie laboratórios de observação, bem como espaços de convivência e ação conjunta.

### SEJA ARQUEÓLOGO DE SUA HISTÓRIA

Somos o conjunto de vivências dos que viveram antes de nós. Busque histórias, fotografias, objetos de seus antepassados. Entreviste os mais antigos, documente suas memórias, canções, receitas...

### CONHEÇA SUAS INSTITUIÇÕES DE SALVAGUARDA DA MEMÓRIA

Visite arquivos públicos, museus, parques, bibliotecas (busque, sempre que possível, o mediador do espaço). Registre suas experiências, assim como a relação desses espaços com sua memória pessoal e social.

### PRATIQUE A EDUCOMUNICAÇÃO

Estimule o protagonismo dos que vieram depois de você, compartilhando as ferramentas de pesquisa e inventário da cultura com as crianças e jovens – há uma infinidade de produtos possíveis nessa prática, como programas de rádio, podcasts, zines, cartilhas, livros colaborativos...

### EXPERIMENTE O NOVO

Nossos costumes são transformados historicamente pela migração, globalização, capitalismo... Ouça músicas que não são de sua região ou registro de memória, perceba as semelhanças da batida, melodia, instrumentos utilizados. Permita-se dançar e descobrir quais memórias estavam escondidas em seu corpo.



Figura 7 – Dinâmica do candeeiro – Curso Educar, Contar e Brincar para Resistir, edição 2016. Acervo MRSP.



Figura 8 – Oficina de cultura popular. Educar, Contar e Brincar para Resistir, 1ª edição, 2016. Acervo MRSP.



# EDUCAR, CONTAR E BRINCAR PARA RESISTIR – O CURSO







A atividade de contação de histórias de *Era uma Vez um Tirano* no Memorial da Resistência de São Paulo suscitou nova demanda para a instituição: uma atividade de formação para educadores e professores que abordasse de maneira prática e teórica a contação de histórias a partir da perspectiva da Educação em Direitos Humanos e trabalhando com a temática da Ditadura Civil-Militar para o público infantil.

A proposição de parceria partiu do Professor da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Cleber Vieira dos Santos<sup>6</sup>, após uma visita mediada ao MRSP com seus alunos de licenciatura, em 2016, ao serem apresentados às ferramentas lúdicas utilizadas em visitas e à própria contação. No mesmo ano foi conduzida a primeira edição do curso *Educar, Contar e Brincar para Resistir*, certificado pela UNIFESP em parceria com a Diretoria Regional de Ensino de Itaquera.

Com o Professor Cléber ministrando um dos encontros, além da própria Ação Educativa da instituição e educador convidado, o curso presencial contou com visita às exposições, roda de conversa com uma ex-presa política, práticas em cultura popular e formações teóricas, resultando na apresentação de contações de

histórias dos grupos de alunos a partir dos livros infanto-juvenis apresentados na grade, em um piquenique lúdico no último encontro.

O curso foi replicado nos anos seguintes com pequenas alterações na grade e em seus ministrantes<sup>7</sup>, sendo conduzido presencialmente por Alessandra Santiago da Silva<sup>8</sup> em 2016, 2017, 2018 e 2019 no MRSP e com uma edição virtual em 2021<sup>9</sup>, configurando cinco edições até esta publicação – no ano de 2020, em decorrência da pandemia de Covid-19, não houve curso. Além disso, o curso inspirou a oficina “Contando Histórias e Compartilhando Memórias”, em parceria com o Sistema Estadual de Museus de São Paulo. Essa oficina se iniciou em 2016 e ainda se mantém. Realizada uma vez por ano, difunde os saberes do MRSP sobre contação de histórias e ferramentas lúdicas para a promoção de acesso do público infantil aos museus no interior do estado, propiciado pela Ação Educativa do Memorial.

Com aproximadamente 100 egressos *Educar, Contar e Brincar para Resistir* tem se mostrado uma ferramenta formativa importante na abertura de diálogos com educadores de diferentes formações e vivências que buscam se instrumentalizar para as práticas de



Educação em Direitos Humanos e encontram no MRSP o escopo teórico e prático de que precisam para iniciarem ou aprimorarem suas experiências com contação de histórias e trabalho pela formação cidadã, como nos mostram as pesquisas realizadas em 2018 e 2021 com os participantes após os cursos.

<sup>6</sup> Possui Graduação (1997) e Mestrado (2001) em História pela UNESP/Franca; Doutorado em Educação (2008) pela USP. Professor Adjunto do Departamento de Educação da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da UNIFESP. Docente do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História e do Programa de Pós-Graduação em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência da UNIFESP. Membro do NEAB – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Unifesp. É presidente da ABPN. (Retirado da plataforma Lattes – CNPq)

<sup>7</sup> Além da parte teórico-prática diretamente relacionada à contação de histórias, as edições presenciais contaram com os seguintes palestrantes: 1. Aureli Alves de Alcantara (historiadora, especialista em Museologia e Mestre em Arqueologia) que coordena o Programa de Ação Educativa do MRSP e abordou conteúdos relacionados ao desenvolvimento de projetos interdisciplinares e as possibilidades de interface entre o ensino formal e as instituições museológicas. 2. Renan Ribeiro Beltrame (historiador, cientista social e Mestre em Educação) que trabalhou com conteúdos relacionados à Ditadura Civil-Militar. 3. Cleber Vieira dos Santos, mencionado em nota anterior, refletiu sobre a Ditadura Militar e o direito da criança à Memória e à Verdade. 4. Dulce Muniz (atriz e ex-presa política) que além das experiências de vivência no período ditatorial trouxe informações sobre elementos da prática teatral. A equipe de educadores do Memorial apoiou o desenvolvimento de várias ações das oficinas, especialmente, Ana Carolina R.R. Ammon (Mestre em História) e Marcus V. F. Alves (historiador).

<sup>8</sup> Mestre em Museologia (PPGMUS-USP em 2021). Possui graduação em História pela Universidade Nove de Julho (2011) e atuou como educadora no Memorial da Resistência de São Paulo até 2021. As atividades práticas e teóricas relacionadas à contação de histórias foram ministradas por ela em todas as edições do curso citadas no texto.

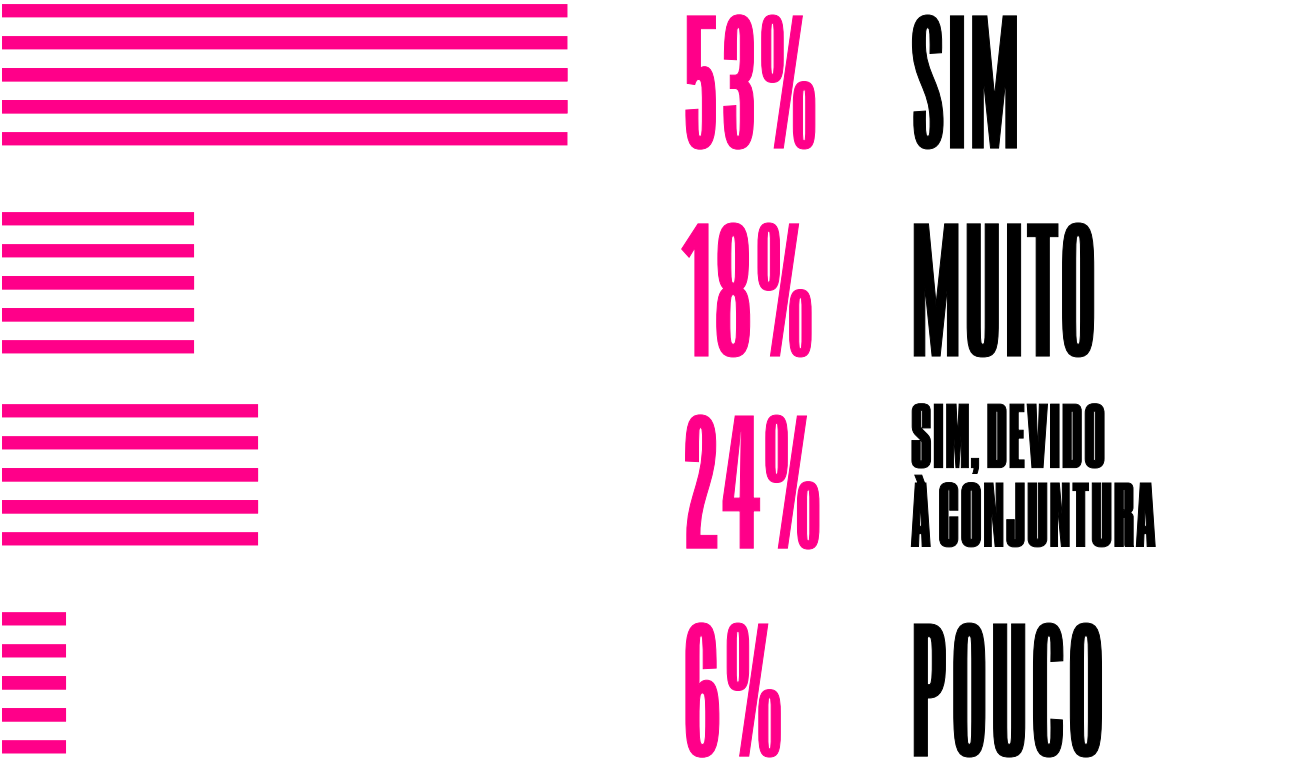
<sup>9</sup> Com uma carga horária menor essa edição focou nas oficinas práticas ministradas por Hannah Ferreira que atuou nas primeiras edições presenciais do curso.

Figura 9 – Oficina de cultura popular. *Educar, Contar e Brincar para Resistir*, 1ª edição, 2016. Acervo MRSP.

Figura 10 – “Apresentação da contação de história desenvolvida por alunas do curso com base na adaptação do livro: *O Reizinho Mandão* de Ruth Rocha”. Acervo MRSP.



A PROPOSTA DO CURSO CONTRIBUIU PARA SUA FORMAÇÃO CIDADÃ?



O primeiro gráfico, elaborado a partir de uma síntese de respostas abertas, nos mostra que, dos participantes que responderam à avaliação, a maioria considerou que a proposta do curso contribuiu muito para sua formação cidadã, principalmente em face da conjuntura de 2018. Citamos uma das respostas:

*Perfeitamente. Nos tempos atuais de recrudescimento do conservadorismo a oportunidade de capacitar-se para a contação de histórias alicerça minha formação e possibilita a luta pela ampliação de meus direitos de cidadania, mas não só: o conhecimento adquirido extrapola minha individualidade e pode ter impacto social na formação de crianças, adolescentes, jovens e adultos, pessoas comuns e colegas de trabalho, de militância e membros de minha família e de minha comunidade. (Participante ECBR, 2018. Fonte: MRSP)*

Percebemos, assim, a necessidade da formação contínua de educadores em e para Direitos Humanos, lembrando de Schwarcz (2019): “Direitos conquistados nunca foram direitos dados, e os novos tempos pedem, de todos nós, vigilância, atitude cidadã e muita esperança também.” Além disso, podemos apreender que a relevância da aprendizagem de novas metodologias de expansão da abordagem do direito à memória e à verdade extrapola o ambiente presencial, como podemos ver no seguinte comentário de avaliação do curso aplicado em ambiente virtual, de 2021:

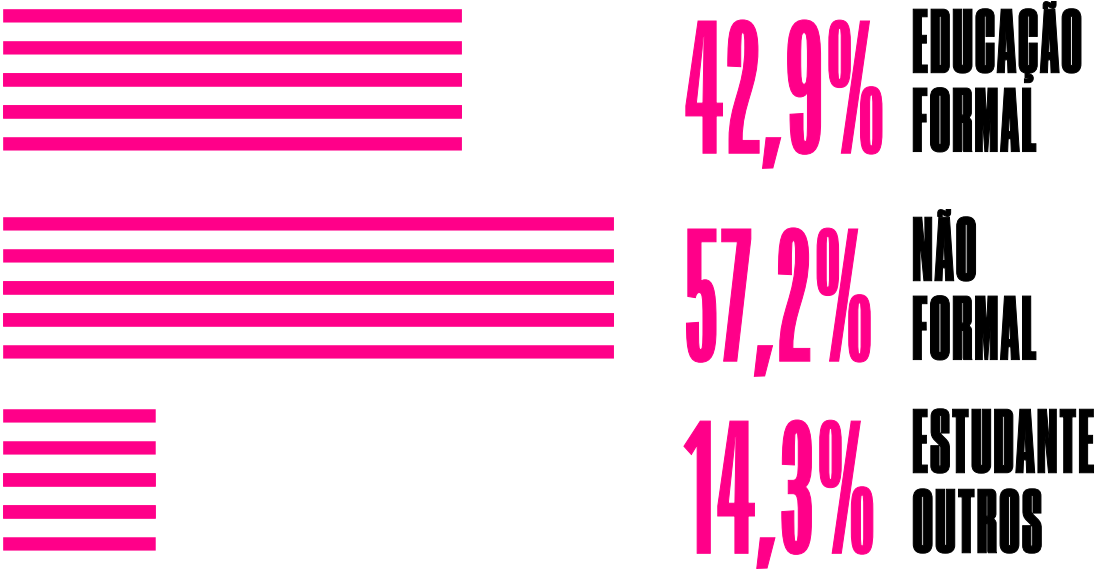
Como pesquiso cursos virtuais de Direitos Humanos, com enfoque no Direito à Memória e à Verdade, já fiz inúmeros cursos online. Para mim, os cursos do Memorial da Resistência são os melhores porque trouxeram o conhecimento e metodologia dos cursos presenciais para o ambiente virtual. (T.Y.S.<sup>10</sup>, 2021. Fonte: MRSP)

Pelo fato de o curso Educar, Contar e Brincar para Resistir (ECBR) se configurar de modo interdisciplinar e transdisciplinar – com propostas práticas de contação de histórias, criação de projeto, preenchimento de plano e orientação que atende às especificidades de cada participante –, ele conseguiu multiplicar as propostas de ações do MRSP em ambiente diverso de atuação dos educadores, cultivando a cultura da oralidade, promovendo leituras em DH e expandindo os saberes para que novas proposições de trabalho possam surgir, como vemos no gráfico a seguir.

<sup>10</sup> Os nomes dos participantes foram abreviados para privacidade.

Gráficos 1 e 2 – Respostas dos formulários de avaliação da 3ª e 5ª edição do Curso Educar, Contar e Brincar para Resistir, 2018 e 2021. Fonte: MRSP.

QUAL SEU AMBIENTE DE ATUAÇÃO/TRABALHO?





A quinta edição do curso, em 2021, contou com a participação de alunos egressos de outros anos, além de novos educadores em busca de formação. Destacamos dois relatos de aplicação dos conhecimentos adquiridos em 2018. O primeiro, de A.V., resultou no desenvolvimento de atividades em educação formal, enquanto J.C.F., estudante universitária, desfrutou do conteúdo teórico:

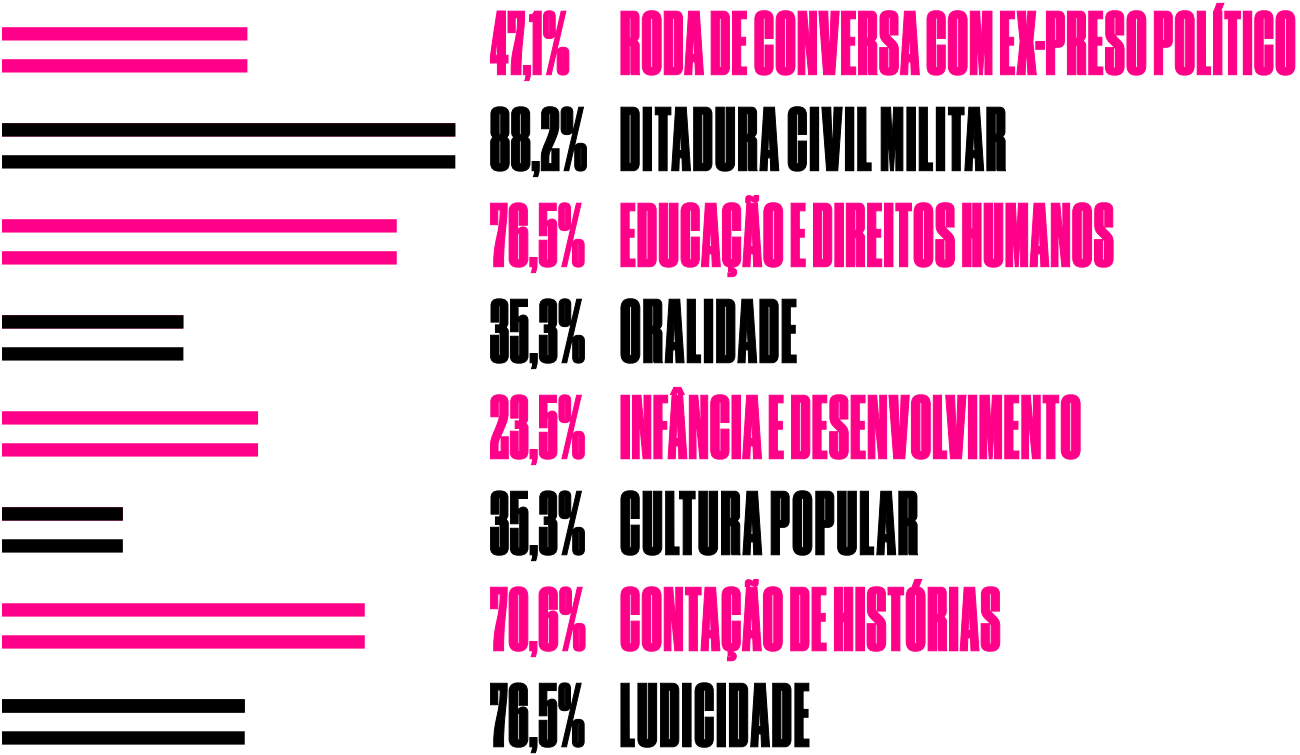
*Fiz com uma turma de 8º ano, foi como um desafio para eles, tiveram que realizar uma contação sobre o livro O Monstro das Cores para a turma do fundamental 1. (A.V., 2021. Fonte: MRSP)*

*Não tive a oportunidade de aplicar o que aprendi no curso. No entanto, a bibliografia de apoio que foi apresentada foi muito enriquecedora, de forma que a revisitei inúmeras vezes para fazer trabalhos da faculdade e*

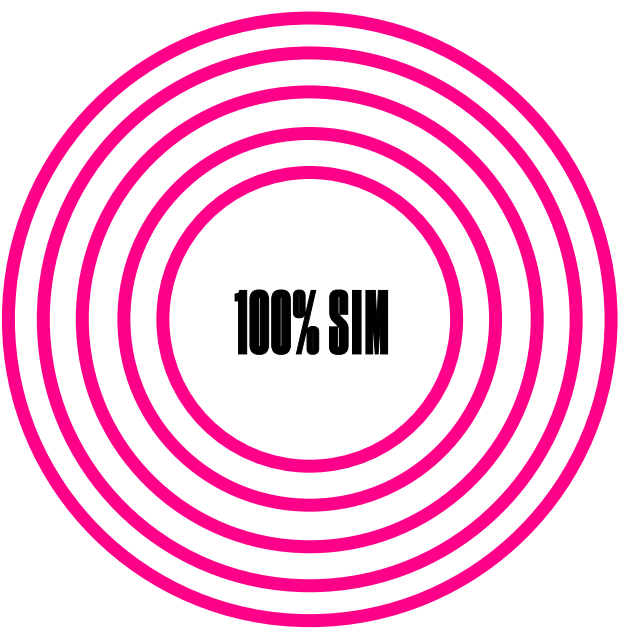
*preparar planos de aula – mesmo que não tivessem relação com a contação de histórias em si. Ainda, o curso foi a minha porta de entrada para o universo da contação de histórias, de modo que após a edição de 2018 procurei participar de mais cursos sobre esse tema. (J.C.F., 2021. Fonte: MRSP)*

O potencial multiplicador dessa formação em EDH voltada à infância pode ter relação com a sua estrutura organizada em tópicos correlatos, mas não dependentes entre si. Assim, como demonstra o terceiro gráfico, os participantes avaliaram quais abordagens lhes pareciam mais pertinentes às suas atuações profissionais. Os eixos “Ditadura Civil-Militar”, “ludicidade”, “educação e direitos humanos” e “contação de histórias” foram os de maior porcentagem, evidenciando sua pertinência em diferentes contextos de atuação e trabalho.

QUAIS ASPECTOS ABORDADOS PELO CURSO FORAM MAIS RELEVANTES PARA SUA ATUAÇÃO PROFISSIONAIS?



VOCÊ PRETENDE UTILIZAR AS FERRAMENTAS DESSE CURSO PARA O PÚBLICO COM DEFICIÊNCIA?



Gráficos 3 e 4 – Respostas dos formulários de avaliação da 3ª e 5ª edição do Curso Educar, Contar e Brincar para Resistir, 2018 e 2021. Fonte: MRSP.

O último gráfico demonstra a preocupação dos participantes em promover a EDH para todos os públicos, acessibilizando suas práticas ao incluir as pessoas com deficiência. Neste sentido, a formação do Educar, Contar e Brincar para Resistir procura compartilhar as experiências do Memorial ParaTodos, considerando as dificuldades que a desigualdade e exclusão impõem às condições objetivas de vida das pessoas. A Ação Educativa do MRSP considera, portanto, formas efetivas e condições reais de convívio democrático, trabalhando também pela busca da garantia e ampliação de direitos.

Com base numa avaliação qualitativa, as respostas aqui apresentadas são dadas como casos ilustrativos das diferentes possibilidades de aplicação das experiências do curso Educar, Contar e Brincar para Resistir, promovido pelo MRSP. Cada educador que já passou pelo curso pôde compartilhar suas vivências e adaptar os conhecimentos adquiridos em seus ambientes de trabalho e atuação, atingindo ramificações de público que o museu, sozinho, não poderia. Ressaltamos aqui a importância de mais

iniciativas como essa, promovidas por instituições públicas e com amplo acesso da população, de forma a garantir que as memórias políticas e sociais sejam adquiridas desde a infância, colaborando para a expansão democrática e prevenindo a perpetração das violências de Estado.



---

# PROPOSTAS DE ATIVIDADES PARA PROFESSORES E EDUCADORES NÃO-FORMAIS





---

# CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS

## EDUCAÇÃO INFANTIL







CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS  
EDUCAÇÃO INFANTIL

O exercício da imaginação é priorizado nas atividades com crianças de 0 a 6 anos, uma vez que possibilita a expressão e a interação, além de auxiliar no desenvolvimento da oralidade e da percepção. Dessa forma, a sugestão de trabalho é a contação de histórias com a utilização de literatura voltada à Educação em Direitos Humanos, estimulando os pequenos ouvintes a participar em atividades lúdicas.

1.1  
QUAL HISTÓRIA VOU CONTAR?

Nesta fase da aprendizagem, o professor assume o papel de leitor, narrador e mediador do conteúdo. Para tanto, é necessário selecionar a literatura de acordo com a faixa etária, não só em sua substância teórica, mas em quantidade de páginas e ilustrações, avaliando o tempo para aplicação de uma contação de histórias pontual ou um projeto estendido.



NOSSAS  
SUGESTÕES

1.2  
ONDE EU CONTO?

A transposição do cotidiano do ensino-aprendizagem para o universo lúdico da contação de histórias deve motivar a reflexão sobre a experiência do educador e dos educandos. Quando há possibilidade de sair da sala e utilizar o ambiente externo, como o jardim, por exemplo, cria-se a dilatação da vivência, abrindo a percepção dos participantes não só para o que é contado, mas também para os estímulos visuais, táteis e outros presentes no local escolhido. Desta forma, aguça-se a curiosidade e provoca-se a presença; o que acontece e onde acontece tornam-se focos de atenção e posterior memorização, análise e aprendizado.

Assim, mesmo que o uso de outro espaço para a atividade seja impossibilitado, é recomendável a preparação de um ambiente voltado à contação de histórias, sendo possível seu preparo com luzes, cenário, objetos, almofadas e outros materiais disponíveis.

**O Mundo no Black Power** de **Tayó**, de Kiusam de Oliveira e ilustração de Taísa Borges (Peirópolis, 2013);

**Quem Manda Aqui?**, de Larissa Ribeiro, André Rodrigues, Paula Desgualdo e Pedro Markun (Companhia das Letrinhas, 2015);

**Pássaro Amarelo**, de Olga de Díos (Boitatá, 2016);

**Pode pegar!**, de Janaina Tokitaka (Boitatá, 2017);

**Amoras**, de Emicida (Companhia das Letrinhas, 2018);

**Lute como uma Princesa**, de Vita Murrow (Boitatá, 2019).



## PROPOSTAS DE ATIVIDADES PARA PROFESSORES E EDUCADORES NÃO-FORMAIS

### 1.3 COMO CONTAR?

As ferramentas para a contação de histórias vão depender do acervo (pessoal ou do espaço) e do repertório do educador. Em seu inventário cultural, tratado anteriormente, é possível selecionar canções, instrumentos, objetos e até formas de contar, vindas da memória, da observação e de práticas anteriores. Seguem pontos para levar em consideração:

#### NARRAÇÃO

Alteração dos tons de voz para destaque de palavras, personagens ou situações. Caso mais de um educador se disponha à atividade, dividir personagens ou momentos da história.

#### ACESSIBILIDADE

Disponer de intérprete de Libras / educador surdo para atingir público maior.

#### EXPRESSÃO CORPORAL

O rosto é importante para a compreensão do que se diz, mas o restante do corpo não deve ser ignorado. Mãos, tronco e pés podem enfatizar, discordar e criar sugestões.

#### RITMO

Algumas literaturas trazem rimas e brincadeiras com palavras, sendo estímulos sonoros e desafios ao leitor. Da mesma maneira, outros textos podem ganhar ênfase com atenção ao ritmo.

#### RECURSOS VISUAIS

Fantoches, objetos que representem os personagens (podendo ser, inclusive, iconográficos, como óculos representando a professora), placas, sombras, flanelógrafos, desenhos.



### 1.4 E DEPOIS?

#### FIGURINO

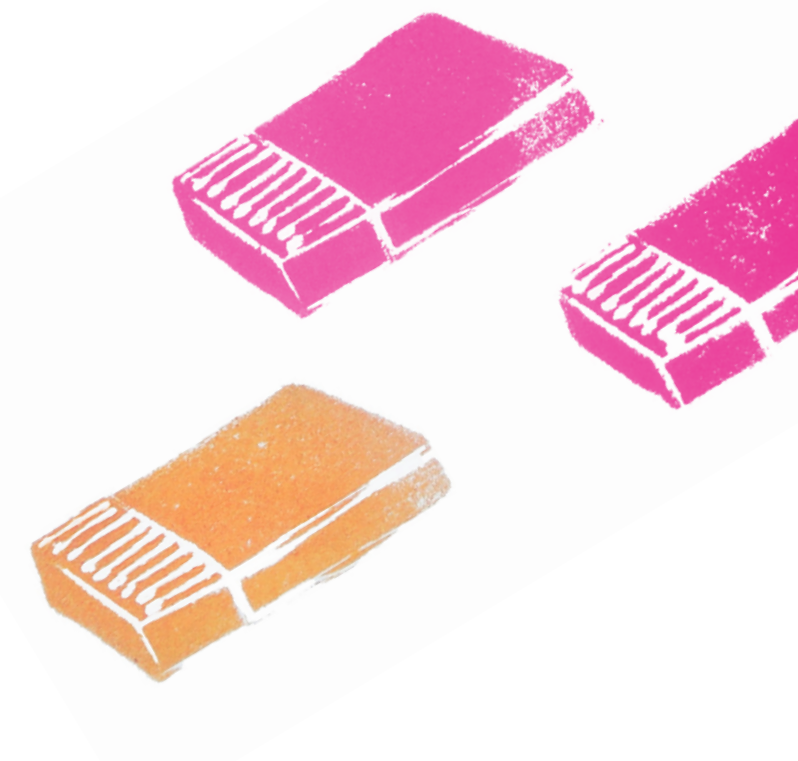
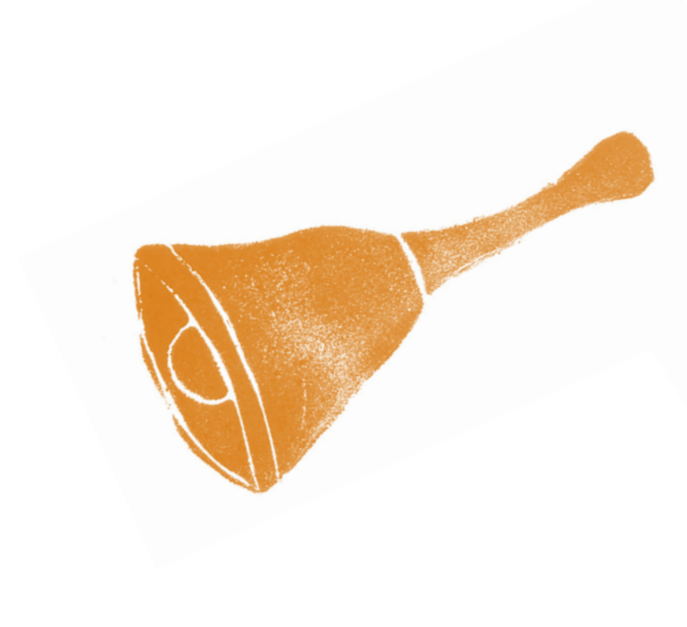
Caso o educador utilize um uniforme de trabalho, é interessante vestir um figurino para o momento da contação, auxiliando na transposição para o universo lúdico. A vestimenta pode fazer referência ao que será contado ou servir apenas para caracterizar o contador, mas deve ser trabalhada com cautela para que o exagero não chame mais atenção do que o que é contado. Há também a possibilidade de que o figurino seja o próprio cenário, através de avental/vestido/saia que interaja com os objetos utilizados na contação, com a utilização de broches ou múltiplos bolsos, por exemplo.

#### SONORIDADE

Instrumentos melódicos e/ou percussivos para incursões musicais e efeitos sonoros. Podem ser utilizados instrumentos de material reciclado, assim como objetos cotidianos (chapas de raio X, sinos, caixas de fósforos...).

#### INTERAÇÃO

Abrir momentos para participação e protagonismo dos ouvintes, sugerindo tarefas ("quando aparecer o pássaro vocês fazem o som"), dinâmicas ("vamos fazer nossa própria manifestação?") e/ou inserindo perguntas que capturem o ponto de vista deles ("você conhece mais alguém com cabelo black power?").





# MALETA DE HISTÓRIAS

## ENSINO FUNDAMENTAL I





PROPOSTAS DE ATIVIDADES PARA PROFESSORES E EDUCADORES NÃO-FORMAIS



MALETA DE HISTÓRIAS  
ENSINO FUNDAMENTAL I

Crianças no primeiro ciclo do ensino fundamental, de 06 a 10 anos, tem como focos do ensino, dentre outros, a alfabetização, a escrita e a criação de hábitos de leitura. O trabalho em conjunto com o educador visa à divisão do papel do narrador, estimulando a apropriação das histórias e das ferramentas de oralidade e escrita. Assim, foi proposta a atividade “Maleta de histórias”, que pode ser adaptada a todo o ciclo, tanto no processo de alfabetização quanto no letramento.

Esta atividade visa à integração entre os educandos e suas famílias, na apropriação do conteúdo e na participação no ensino-aprendizagem. Baseada na ferramenta da contação de histórias, vê o educador como narrador e mediador do contato dos alunos com o universo lúdico e com a temática trazida pela literatura. Neste sentido, a contação pode ser revisitada na proposta anterior e adaptada a esse ciclo.

O preparo inicial pede um objeto que se destaque no ambiente educativo. Pode ser uma maleta, como o nome sugere, ou o que mais estiver à disposição e ao alcance da imaginação: caixas de papelão decoradas

(os educandos podem decorar também), cestas, baús, caixotes etc. O conteúdo será preenchido por livros pré-selecionados para esta atividade.

Da mesma maneira que a contação de histórias requer o preparo de um ambiente, é incentivado que o local da maleta no seu espaço de trabalho/atuação seja de destaque, convidativo para os sentidos das crianças. O material pode ser apresentado durante sua construção, caso os educandos participem do processo, ou através da primeira contação de histórias.

A primeira contação de histórias da maleta é feita pelo educador. Utilizando os recursos já citados, é importante ressaltar, em roda de conversa, quais foram utilizados para essa contação e quais outros poderiam ser. Nesta fase, estimulam-se os ouvintes a entender também o processo da narração, apresentando-se fórmulas como “era uma vez”, “o que vocês acham que aconteceu?” e ouvindo sugestões de outras. A apresentação do livro, das ilustrações e das palavras escritas (com a possibilidade de releitura de trechos) se faz necessária para a apreensão do lúdico em consonância com a alfabetização e o estímulo à leitura.



NOSSAS  
SUGESTÕES

**O Mundo no Black Power** de **Tayó**, de Kiusam de Oliveira e ilustração de Taísa Borges (Peirópolis, 2013);

**Quem Manda Aqui?**, de Larissa Ribeiro, André Rodrigues, Paula Desgualdo e Pedro Markun (Companhia das Letrinhas, 2015);

**Monstro Rosa** e **Em Família**, de Olga de Díos (Boitatá, 2016 e 2018);

**Coleção Antiprincesas e Anti-heróis** (Chirimbote, 2015);

**O inimigo**, de Davide Cali e Serge Bloch (Cosac Naify, 2007);

**Era uma Vez um Tirano**, de Ana Maria Machado (Salamandra, 2003);

**Abaixo a Ditadura**, de Cláudio Martins (Paulus, 2004);

**Coleção Livros para o Amanhã** (Boitatá);

**O Reizinho Mandão**, de Ruth Rocha (Salamandra, 2013).



## PROPOSTAS DE ATIVIDADES PARA PROFESSORES E EDUCADORES NÃO-FORMAIS

### 1.1 LEITURA

A primeira leitura é feita pelo educador para toda a sala, utilizando o conhecimento dos educandos para separação de sílabas, destaque de palavras desconhecidas e debate temático. Em um segundo momento, entrega-se cada livro aos respectivos grupos para que se familiarizem com a escrita, a organização e as ilustrações.

### 1.2 LIVRO EM CASA

Os grupos levam o livro para casa a fim de compartilhá-lo com seus pais e responsáveis, de acordo com cronograma. Nesta fase, os educandos recebem orientação de atividades com a família, destacando não apenas a leitura, mas momentos de conversa sobre o tema, além do preenchimento da ficha de leitura elaborada pelo educador de acordo com o nível de aprendizagem da turma ("quais são os personagens?", "do que fala a história?").

### 1.3 PREPARAÇÃO

Em grupos, os educandos comparam suas fichas de leitura e trocam as experiências que tiveram em casa. Preparam, então, sua própria contação de histórias com o auxílio do educador. Nesta fase, estimula-se a busca e/ou a criação de adereços e objetos para a apresentação.



### 1.4 ENSAIO

Os grupos experimentam maneiras de contar suas histórias, utilizando seus adereços e trocando de narrador/personagem até encontrarem a forma que lhes traz mais alegria e segurança.

### 1.5 APRESENTAÇÕES

Seguindo o cronograma, as apresentações podem acontecer em dias diferentes ou todas juntas, num evento para outras salas e/ou as famílias. O educador se mantém no apoio, sendo o protagonismo das crianças.

### 1.6 PÓS-PROJETO

E depois? As apresentações podem ser gravadas e exibidas a critério da instituição; as turmas podem fazer uma roda de conversa sobre seus livros favoritos; os temas que despertaram mais atenção podem ser trabalhados em novos projetos; murais podem ser desenvolvidos com ilustrações dos educandos; uma exposição de leitura pode apresentar as fichas e os adereços de cada grupo... A depender do tempo disponível para o projeto, não há limites para seus desdobramentos. De toda maneira, os livros utilizados voltam à maleta, que pode ser inserida em novas atividades.





---

# DEIXA QUE EU CONTO...!

## ENSINO FUNDAMENTAL II





PROPOSTAS DE ATIVIDADES PARA PROFESSORES E EDUCADORES NÃO-FORMAIS



DEIXA QUE EU CONTO...!  
ENSINO FUNDAMENTAL II

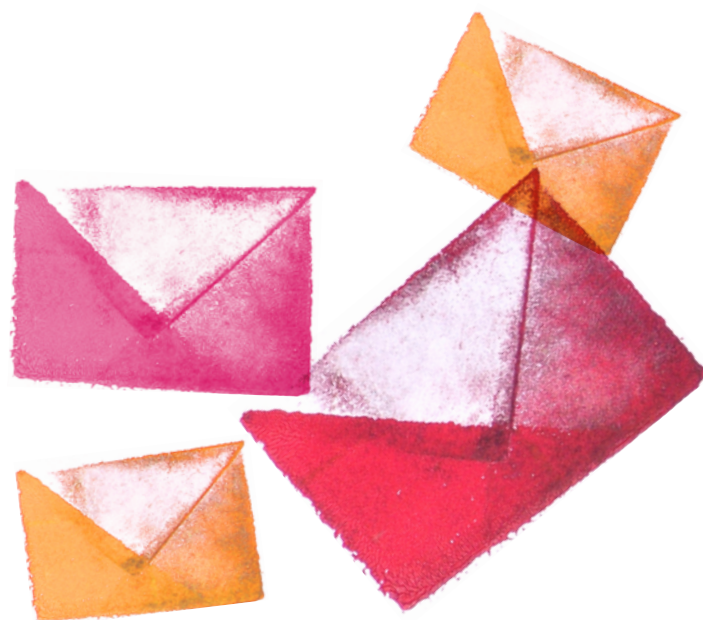
De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), a divisão das áreas do conhecimento em disciplinas com educadores distintos no segundo ciclo do ensino fundamental dá escopo para que o trabalho de Educação em Direitos Humanos possa ser aplicado de forma interdisciplinar ou transdisciplinar. A escolha da forma de aplicação do projeto de atividades aqui proposto dependerá, portanto, do Plano Político-Pedagógico da instituição de ensino, assim como de seu planejamento anual e do engajamento do corpo docente.

Para o desenvolvimento dessa atividade, sugerimos o uso do livro *Eleição dos Bichos*, de André Rodrigues, Larissa Ribeiro, Paula Desgualdo e Pedro Markun (Companhia das Letrinhas, 2018), para o 6º e o 7º ano, ou de *Quando Eu Voltei, Tive uma Surpresa*, de Joel Rufino dos Santos (Rocco, 2000), para os anos finais. Outros títulos também podem ser eleitos a critério da escola/educador e adaptados ao projeto.

A primeira frase de implementação se dará pela leitura compartilhada do livro escolhido com a turma. No caso do livro de Joel Rufino dos Santos, o educador faz uma pré-seleção de quais cartas serão trabalhadas. Após a apreensão dos textos, sugere-se a pesquisa em torno das temáticas apresentadas, de acordo com o quadro ao lado:

ÁREA DO CONHECIMENTO	QUANDO VOLTEI, TIVE UMA SURPRESA	ELEIÇÃO DOS BICHOS	COMPETÊNCIAS (BNCC, 2017)
Ciências humanas	<ul style="list-style-type: none"><li>Ditadura civil-militar;</li><li>Prisões políticas;</li><li>Movimentos de resistência afro-brasileiros.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Sistema político-eleitoral brasileiro;</li><li>Grêmios estudantis;</li><li>Democracia.</li></ul>	Compreender processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais e políticas; analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.
Linguagens	<ul style="list-style-type: none"><li>Gênero textual;</li><li>Ilustrações;</li><li>Censura.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Gênero textual;</li><li>Ilustrações;</li><li>Propagandas eleitorais.</li></ul>	Conhecer e explorar diversas práticas de linguagem; ampliar suas possibilidades de participação na vida social e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva, atuando criticamente frente às questões do mundo contemporâneo.
Ciências da Natureza	<ul style="list-style-type: none"><li>Desmatamento da Amazônia na década de 70;</li><li>Impactos da Ditadura Civil-Militar no meio ambiente.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Impactos possíveis da reforma agrária;</li><li>Fauna brasileira;</li><li>Impactos das queimadas na vida silvestre e no clima.</li></ul>	Avaliar aplicações e implicações políticas, socioambientais e culturais da ciência e da tecnologia e propor alternativas aos desafios do mundo contemporâneo, construindo argumentos com base em dados que respeitem e promovam a consciência socioambiental.
Matemática	<ul style="list-style-type: none"><li>Salário mínimo e poder de compra na Ditadura Civil-Militar;</li><li>Gráficos e tabelas analisando a sociedade brasileira na Ditadura Civil-Militar (violências, desigualdades...).</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Salário mínimo e o poder de compra nos governos democráticos pós ditadura;</li><li>Funcionamento da urna eletrônica e o voto impresso.</li></ul>	Fazer observações sistemáticas de aspectos qualitativos e quantitativos para avaliá-los criticamente; utilizar processos e ferramentas matemáticas para modelar e resolver problemas sociais, validando estratégias e resultados.





Da mesma maneira que os livros, outras temáticas podem ser trabalhadas dentro das áreas do conhecimento, a critério dos educadores. De forma interdisciplinar, o educando fica responsável pelo alinhamento de sua pesquisa com base nos estudos trazidos pelas disciplinas, podendo, para isso, usar um caderno ou bloco especial. Caso o projeto seja aplicado de maneira transdisciplinar, um educador ou um conjunto deles podem ser eleitos como orientadores de projeto, acompanhando a turma em cada etapa das atividades e no desenvolvimento final.

A proposta “Deixa que eu conto...!” sugere o protagonismo dos alunos na criação de produto de sua autoria. Em relação à *Eleição dos Bichos*, sugerimos uma contação de história com adaptação contemporânea e/ou de acordo com as pesquisas. Já nos anos iniciais sugere-se a elaboração de cartas para representantes eleitos do setor público e da sociedade civil, como conselheiros, vereadores e deputados, com registros do cotidiano e propostas políticas e/ou socioambientais.

A apresentação final do projeto pode constar no calendário escolar dentro de feiras e exposições abertas para as famílias e a comunidade, sendo as pesquisas realizadas nas diversas disciplinas expostas em ambientes temáticos com a mediação dos próprios alunos e o auxílio dos educadores envolvidos. A contação de histórias pode acontecer em horário determinado ou ser exibida através de gravações, e cópias das cartas desenvolvidas podem ser enviadas a seus destinatários.





---

# O EU CONTADOR E CRIADOR

## ENSINO MÉDIO





PROPOSTAS DE ATIVIDADES PARA PROFESSORES E EDUCADORES NÃO-FORMAIS



O EU CONTADOR E CRIADOR ENSINO MÉDIO

Os alunos do último ciclo da educação básica já estão inseridos no mercado de trabalho e nas formações técnicas, ou estão a ponto de se inserir neles. Nesse sentido, o trabalho com a contação de histórias voltado à EDH busca ir além da experiência do educando enquanto espectador, estimulando a produção de reflexões e a consciência crítica através do estímulo à sua própria contação e/ou à criação de novos materiais baseados na literatura escolhida, com aprofundamento por área de conhecimento.

A juventude pode não se interessar em assistir a uma contação de histórias, mas gostará de ser ela mesma a contadora. Neste caso, as atividades voltadas aos outros ciclos de ensino podem ser adaptadas para que o jovem aplique a contação em evento para a comunidade ou instituição parceira, com o uso dos livros recomendados a cada faixa etária e público alvo.

Outra opção para o Ensino Médio é o estímulo ao “eu criador” para que desenvolva seus pontos de vista e crie aplicações com base na literatura voltada à memória, à verdade e à justiça. Diante disso, a escolha dos livros e a postura metodológica de

aplicação do projeto levam em conta as opções da escola, do grupo de educadores (se por disciplina, área do conhecimento ou de maneira transdisciplinar) e do próprio educando de acordo com seu Projeto de Vida<sup>11</sup>.

As leituras estariam, deste modo, a cargo de um aluno ou grupo de alunos que se disponibilizassem para o projeto, sendo acompanhadas por ficha de leitura com a orientação de um educador. Para o desenvolvimento do material, sugere-se planejamento dentro dos componentes curriculares, conforme tabela ao lado:

A apresentação final do projeto pode constar no calendário escolar dentro de feiras e exposições abertas para as famílias e a comunidade, sendo as pesquisas realizadas nas diversas disciplinas expostas em ambientes temáticos com a mediação dos próprios alunos. Já a contação de histórias, caso aconteça em outra instituição, pode ter sua gravação projetada ou exposta em fotografias.

<sup>11</sup> Componente curricular transversal presente no itinerário formativo inserido na reforma do Ensino Médio com vigor nacional a partir de 2022 (Lei nº 13.415/2017).



NOSSAS SUGESTÕES

ÁREA DO CONHECIMENTO / COMPONENTE CURRICULAR	PROJETO
Linguagens	<ul style="list-style-type: none"><li>• Peça teatral;</li><li>• Vídeo de contação de histórias;</li><li>• Websérie;</li><li>• Crônicas, cordéis e exploração de gêneros literários;</li><li>• Performances e instalações.</li></ul>
Tecnologia e inovação	<ul style="list-style-type: none"><li>• Desenvolvimento de games;</li><li>• Criação de plataformas de acesso às pesquisas;</li><li>• Animações.</li></ul>
Ciências humanas	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ciclos de seminários e debates;</li><li>• Resgate de memória na comunidade;</li><li>• Projetos de pesquisa;</li><li>• Organização de propostas político-sociais.</li></ul>

**Quando eu Voltei, Tive uma Surpresa**, de Joel Rufino dos Santos (Rocco, 2000);

**K. Relato de uma Busca**, de Bernardo Kucinski (Companhia das Letras, 2012);

**Azul Corvo**, de Adriana Lisboa (Alfaguara, 2010);

**Quarto de Despejo**, de Carolina Maria de Jesus (Francisco Alves, 1960);

**Infância Roubada - Crianças Atingidas pela Ditadura Militar no Brasil**, da Comissão da Verdade do Estado de SP (ALESP, 2014);

**Brasil: Ditadura Militar. Um Livro para os que Nasceram Bem Depois**, de Joana D’Arc Fernandez Ferraz, Elaine de Almeida Bortone e Diane Helene (FERRAZ et al., 2012);

**A Noite da Espera**, de Milton Hatoum (Companhia das Letras, 2017).



---

# CONTAR E BRINCAR PARA RESISTIR

## EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL





PROPOSTAS DE ATIVIDADES PARA PROFESSORES E EDUCADORES NÃO-FORMAIS



CONTAR E BRINCAR PARA RESISTIR EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL

Os educadores que atuam fora do ambiente escolar estão expostos a diferentes públicos, faixas etárias e cronogramas para aplicar seus projetos: seja de forma pontual, com a apresentação de contação de histórias em bibliotecas, por exemplo, seja em trabalhos continuados em ONGs, casas de acolhida, programas educativos e tantos outros. Para esses profissionais, recomendamos a leitura e adaptação das atividades para professores já apresentadas neste material. Separamos, também, algumas sugestões de aprofundamento do trabalho:

**LEMBRE-SE QUE A BRINCADEIRA É ESSENCIAL**  
É através das atividades lúdicas que a criança descobre olhares para o mundo, com a possibilidade de resolução de problemas e desenvolvimento de sua imaginação. Por mais verdadeiros e sérios que sejam os temas trabalhados na EDH, assumo o desafio do lúdico como linguagem;

**BUSQUE ATIVIDADES COMPLEMENTARES À CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS**  
Caso o cronograma permita, alinhe a apresentação com outros jogos lúdicos. Utilizando os exemplos trazidos pelo Memorial da Resistência de São Paulo, crie seu próprio repertório com base nas literaturas e temáticas;

**NÃO ANDE SÓ**  
Os contadores de histórias não precisam, necessariamente, de duplas ou grupos para suas narrações, mas a parceria pode ser enriquecedora para a musicalização de suas histórias, a divisão das personagens, a manipulação de bonecos ou objetos e, especialmente, para a tradução e interpretação em Libras;

**DIVIRTA-SE**  
O desafio da alteridade passa pela dilatação da presença do educador. Estar presente e seguro de sua prática abrirá caminho para a escuta e compartilhamento com seu público.

Por fim, organize sempre seu projeto de contação de histórias e acompanhe suas transformações a cada aplicação. Na próxima página, disponibilizamos um modelo que pode ser impresso ou servir de inspiração para a criação do seu próprio plano de projeto.

EDUCAR, CONTAR E BRINCAR PARA RESISTIR  
A DITADURA MILITAR E O DIREITO DA CRIANÇA  
À MEMÓRIA E À VERDADE



PLANO DE PROJETO  
CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS

QUE HISTÓRIA VOU CONTAR? Acrescente editora e edição	POR QUE ESSA HISTÓRIA? O que nela me inspira?
QUAIS SÃO MINHAS INFLUÊNCIAS? Artistas, contadores, cordelistas, minha avó...	QUAL O MEU PÚBLICO ALVO? Faixa etária, instituição...
COMO QUERO CONTAR? Sua metodologia: narração, interpretação, musicalização...	MATERIAIS NECESSÁRIOS Algum instrumento musical?
NOTAS	



# BIBLIOGRAFIA

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaaios sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BEDRAN, Bia. **A Arte de Cantar e Contar Histórias Narrativas Orais e Processos Criativos**. São Paulo: Editora Nova Nacional, 2012.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BONDIA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, ANPEd, n. 19, p. 20-28, abr. 2002.

BRANDÃO, Carlos R. (org.). **O educador: vida e morte – escritos sobre uma espécie em perigo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**, 1997.

\_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRITO, Ana Paula. A Recuperação dos Lugares de Memória da Ditadura no Cone Sul: Um Estudo De Caso. *In: Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina*, 2. 2016, São Paulo. Anais.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

LEAL, T.F e BRANDÃO, A.C.P. (org.). **Produção de textos na escola: reflexões e práticas no Ensino Fundamental**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LEAL, T.F e LUZ, P.S. Produção de textos narrativos em pares: reflexões sobre o processo de interação. *In: Educação e pesquisa*, n. 27, 2001, p. 27-45.

RUBIRA, Fabiana de Pontes. **Contar e ouvir estórias: um diálogo de coração para coração acordando imagens**. 2006.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SANTOS, Joel Rufino dos. **Quando voltei, tive uma surpresa: cartas a Nelson**. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 2000.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 10. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 1991.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o Autoritarismo Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

VIEIRA, Cleber Santos. **A criança e o direito à memória**. In: Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos. Bauru, v. 4, n. 1, p. 83-96, jan./jun., 2016 (6)



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

RODRIGO GARCIA  
Governador do Estado de São Paulo

SÉRGIO SÁ LEITÃO  
Secretário do Estado de Cultura e Economia Criativa

CLÁUDIA PEDROZO  
Secretária Executiva do Estado de Cultura e Economia Criativa

FREDERICO MASCARENHAS  
Chefe de Gabinete do Estado de Cultura e Economia Criativa

Conselho de Orientação Cultural do Memorial da Resistência de São Paulo  
Carla Gibertoni Carneiro, Lauro Pereira Ávila, Paulo Vannuchi, Renan Honório Quinalha

ASSOCIAÇÃO PINACOTECA ARTE E CULTURA

Diretor Geral  
Jochen Volz

Diretor Administrativo e Financeiro  
Marcelo Costa Dantas

Diretor de Relações Institucionais  
Paulo Romani Vicelli

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO

Coordenadora  
Ana Pato

Coordenadora da Ação Educativa  
Aureli Alves de Alcantara

Educadores  
Alexia Sayuri Hino, Ana Carolina Ramella Rey Ammon, Daniel Augusto Bertho Gonzales, Guilherme Bertolino Nunes, Marcus Vinicius Freitas Alves

Centro de Referência  
Caio Vargas Jatene e Julia Cerqueira Gumieri

Ação Cultural  
Carolina Faustini Junqueira

Comunicação  
Bruna Caetano de Deus, Daniela Campos (estagiária)



CADERNO DE EXPERIÊNCIAS

Coordenação Editorial  
Aureli Alves de Alcantara

Projeto Gráfico  
Tamara Lichtenstein  
Yugo Borges (assistente)

Ilustração  
Cibele Lucena

Textos  
Hannah Carolina Silva Ferreira

Revisão  
Marcelo Cipolla

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Ficha Catalográfica feita pelo autor
Memorial da Resistência de São Paulo. Educar, contar e brincar para resistir : a Ditadura Militar e o direito da criança à Memória e à Verdade [recurso eletrônico] / coordenação editorial Aureli Alves de Alcantara ; apresentação Ana Pato e Aureli Alves de Alcantara ; textos Hanna Carolina Silva Ferreira -- São Paulo : Memorial da Resistência de São Paulo, 2021.
65 p. : il. - (Caderno de Experiências ; 1)
ISBN 978-65-89070-17-7
1. Educação em direitos humanos. 2. Democracia. 3. Direito à memória e à verdade. 4. Contação de histórias. I. Memorial da Resistência de São Paulo. II. Coordenação editorial. III. Apresentação. IV. Textos.
CDD 370.71

realização



Secretaria de Cultura e Economia Criativa



